

**EXTRA ECCLESIAM NULLA SALUS: A VERDADEIRA IGREJA E AS
OUTRAS RELIGIÕES**
**EXTRA ECCLESIAM NULLA SALUS: THE TRUE CHURCH AND THE
OTHER RELIGIONS**

Marnnyson Thiago Fragoso de Oliveira¹
Kelly Thaysy Cabral Lopes²

RESUMO

O foco do presente artigo, amparado pelas Escrituras e pela Tradição viva da Igreja, é lançar alguma luz sobre um axioma fundamental para a eclesiologia e, por isso mesmo, para o ecumenismo. Infelizmente esquecida por muitos, mesmo católicos, a verdade sobre a necessidade da Igreja de Cristo com vistas à salvação é absolutamente essencial para um correto conhecimento da identidade católica sem o qual qualquer diálogo sério – seja ele ecumênico ou inter-religioso – corre o risco de se dissolver na pluralidade de opiniões. O trabalho demonstra a validade objetiva do axioma *extra Ecclesiam nulla salus* e mostra a sua importância central para o diálogo com os não-católicos, sempre na fidelidade à Verdade.

Palavras-Chave: Salvação. Igreja. Pertença. Diálogo

ABSTRACT

The focus of the present article, backed by the Scriptures and the Church's living Tradition, is to shed some light upon a fundamental phrase for ecclesiology and, for that matter, for ecumenism. Unfortunately forgotten by many, even Catholics, the truth about the necessity of the Church regarding to salvation is absolutely essential for a correct knowledge of the catholic identity without which any serious dialogue – be it ecumenical or interreligious – is at risk of being dissolved in the plurality of opinions. The work demonstrates the objective validity of the phrase *extra Ecclesiam nulla salus* and shows its importance for the dialogue with non-Catholics, always in fidelity to the Truth as taught by the Church.

Keywords: Salvation. Church. Belonging. Dialogue.

INTRODUÇÃO

Nosso tempo é fortemente marcado por uma miríade de ideologias entre as quais se destacam o indiferentismo e o relativismo. No âmbito religioso, o indiferente não sente necessidade da religião, enquanto o relativista equipara as experiências religiosas sustentando que todas e qualquer uma delas são meios eficazes de alcançar a salvação prometida.

¹ Graduando em Teologia no Seminário Arquidiocesano da Paraíba Imaculada Conceição – SAPIC

² Professora da disciplina: Eclesiologia IV – Ecumenismo no SAPIC. Mestranda em Ciências das Religiões – UFPB. E-mail: thaysy.lobes@gmail.com

Ao longo do último século, através do seu Magistério, a Igreja tentou opor uma barreira ao tsunami do relativismo e do indiferentismo apresentando de maneira inequívoca todas e cada uma das verdades de fé acerca da sua singular natureza e divina missão no mundo. Contudo, no plano da eclesiologia e do necessário diálogo ecumênico e inter-religioso, a barreira parece ter-se enfraquecido ao ponto de deixar penetrar na Igreja, mesmo nos ambientes mais ortodoxos, as águas perigosas das ideologias funestas do nosso tempo. O que antes era verdade inequivocamente ensinada pela Igreja pareceu, de uma hora para outra, bandeira de um triunfalismo que já não tem lugar na modernidade. A fé, na boca de muitos, está caduca e carece de uma total renovação.

Às vezes parece que não há uma clara compreensão da missão da Igreja num mundo onde o pluralismo religioso e ideológico é tão fortemente acentuado; nem mesmo por parte dos seus ministros! Nesse sentido, é digna de menção a dura constatação – feita pelo Cardeal Joseph Ratzinger às vésperas de tornar-se o Sucessor de São Pedro – sobre a situação na qual se encontra o pensamento de muitos fiéis:

Quantos ventos de doutrina conhecemos nestes últimos decênios, quantas correntes ideológicas, quantas modas do pensamento... A pequena barca do pensamento de muitos cristãos foi muitas vezes agitada por estas ondas, lançada de um extremo ao outro: do marxismo ao liberalismo, até à libertinagem, ao coletivismo radical; do ateísmo a um vago misticismo religioso; do agnosticismo ao sincretismo e por aí adiante. Cada dia surgem novas seitas e realiza-se quanto diz São Paulo acerca do engano dos homens, da astúcia que tende a levar ao erro (cf. Ef 4, 14). Ter uma fé clara, segundo o Credo da Igreja, muitas vezes é classificado como fundamentalismo. Enquanto o relativismo, isto é, deixar-se levar ‘aqui e além por qualquer vento de doutrina’, aparece como a única atitude à altura dos tempos hodiernos. Vai-se constituindo uma ditadura do relativismo que nada reconhece como definitivo e que deixa como última medida apenas o próprio eu e as suas vontades (Joseph Ratzinger, homilia na Missa *Pro Eligendo Romano Pontifice*, 18 de abril de 2005).

O vaticínio do cardeal provou-se verdadeiro. No atual contexto da pluralidade de religiões e experiências religiosas, algumas palavras fundamentais para a reta compreensão da missão da Igreja tais como ‘verdade’ e ‘salvação’ podem ter-se tornado obsoletas. Nesse sentido, algumas perguntas fundamentais são formuladas, sobretudo por aqueles que não receberam o dom da fé: É possível compreender a verdade ou ela pertence àquele universo de coisas inatingíveis que Platão qualificou de ‘mundo das ideias’? Pode alguma religião pretender afirmar possuir a verdade de modo inequívoco? Será que existe mesmo tal verdade? E, quanto à salvação, existe realmente um mundo futuro (céu, paraíso, ou qualquer outro nome) ou isso é apenas um mito forjado pelas religiões?

Em meio à atual ‘tempestade religiosa’, a Igreja Católica continua a sustentar, não sem peleja, o velho axioma segundo o qual “fora da Igreja não há salvação”. Essa frase tão conhecida está presente em diversos documentos do Magistério Eclesiástico, desde alguns muito antigos como as resoluções do IV Concílio de Latrão de 1215 até o número 16 da *Lumen Gentium* de 1964 e o parágrafo 834 do Catecismo da Igreja Católica, publicado em 1992. Mas o que significa tal afirmação? Qual o conceito de Igreja subjacente ao axioma? E a salvação dos não-católicos?

É bem verdade que a Igreja, durante sua longa história, não hesitou em utilizar esse axioma para sua autoafirmação, sobretudo nos séculos posteriores à Reforma Protestante, durante os quais confessar-se cristão já não significava, necessariamente, praticar a Fé católica. Por outro lado, a vasta gama de denominações religiosas, com as quais a Igreja precisa conviver (mesmo dentro do Cristianismo) e a divergência teológica que deriva desse pluralismo é um desafio perene para uma instituição que continua a se enxergar como o único veículo de salvação. Não seria chegado o momento de abandonar esse axioma e aceitar que os homens também podem chegar à salvação através de outras religiões ou, pelo menos, outras confissões cristãs? Por que a Igreja ainda se apega a essa expressão tão controversa e, como dizem alguns, triunfalista?

Bases bíblicas

Embora não plenamente desenvolvidas, as raízes do axioma “*extra Ecclesiam nulla salus*” já estavam presentes no judaísmo tardio. As interpretações judaicas do episódio bíblico do dilúvio universal e do modo como Noé e os que com ele entraram na arca foram salvos enquanto o mundo inteiro pereceu, apresentam esses eventos como símbolo da salvação do resto de Israel, ligando essa salvação a pedaços de madeira³. O livro da Sabedoria apresenta essa ideia nos seguintes termos: “Por sua culpa a terra foi submersa, e outra vez a Sabedoria a salvou, pilotando o justo numa frágil embarcação (10,4) [...] Pois quando, nas origens, pereciam os gigantes orgulhosos, a esperança do mundo se refugiou numa jangada que, pilotada por tua mão, aos séculos futuros deixou o germe de uma geração nova. Bendito seja o lenho pelo qual vem a justiça” (14,6-7). Não é de surpreender, pois, que os Padres da Igreja vissem nessa madeira abençoada uma inequívoca referência àquele outro lenho sacrossanto sobre o qual Cristo operou a salvação. Como a arca salvou outrora Noé e os que estavam com ele, assim também a cruz é o único madeiro capaz de livrar a humanidade de uma desgraça universal. Posteriormente, também a Igreja Primitiva aprofundou essa relação conforme se pode ler na Carta de São Pedro (cf. 1Pd 3,20).

No livro de Josué encontramos um episódio importante no qual é possível identificar essa unicidade salvífica em meio à destruição total. Trata-se da períclope da tomada de Jericó e dos eventos que lhe antecederam. Ora, os espiões enviados por Josué encontram abrigo na casa da prostituta Raab e, em gratidão pela hospitalidade, prometem poupar a sua casa durante a tomada da cidade. Como sinal dessa promessa, Raab deveria colocar um turbante vermelho no frontispício da casa. Quando os israelitas conquistaram Jericó, “queimaram a cidade e tudo o que nela havia, exceto a prata, o ouro e os objetos de bronze e de ferro, que foram entregues ao tesouro da casa do Senhor. Mas Raab, a meretriz, bem como a casa de seu pai e todos os que lhe pertenciam, Josué os salvou com vida. E ela habitou no meio de Israel até hoje, porque escondera os mensageiros que Josué enviara para espionar Jericó” (Js 6,23-24).

Comentando essa passagem numa homilia, Orígenes pergunta: Onde se encontra esta ‘casa da prostituta’ que é a única que garante salvação em meio à catástrofe de ‘Jericó’, isto é, em meio à catástrofe do mundo? Como se pode descobrir e identificar esta casa com um turbante de escarlata que é um sinal evidente da salvação? Procurando nas páginas do Antigo Testamento o rosto de Cristo, Orígenes responde: Esta casa só pode

³ Hugo Rahner, *Symbole der Kirche*, Salsburg, 1964, p. 505ss. In Joseph Ratzinger, *O Novo Povo de Deus*, p. 312.

ser a Igreja que, tendo-se construído em meio aos pagãos, era considerada como 'prostituta' aos olhos dos ídolos deste mundo, mas pela misericórdia de Cristo, ela deixou de ser prostituta e foi transformada em donzela virgem. Esse tipo de pregação era frequentemente apresentado aos judeus na esperança de que o Antigo Testamento que eles tanto prezavam servisse de ponte para a necessária transição da sinagoga para a Igreja:

aqueles do povo judeu que quiserem ser salvos, aproximem-se, pois, e entrem nesta casa (a Igreja) e ser-lhes-á oferecida segurança e a salvação. Venham, pois, habitar nesta casa, pois nela jorra o sangue redentor do Cristo... Não queiram iludir-se. Não queiram enganar-se a si mesmos. Venham! Fora dessa casa, vale dizer: fora da Igreja, ninguém alcançará a salvação. Há lugar para todos. Se alguém permanecer fora, será ele mesmo culpado pela sua morte (*In Iesu Nave III*, : Orígenes VII 306s.).

No entanto, é evidente o acento eminentemente cristológico que Orígenes dá à sua interpretação. O turbante escarlate, penhor da salvação de Raab é imagem do sangue redentor de Cristo que salva a Igreja (a casa) da desgraça do mundo (Jericó).

No Novo Testamento não há nenhuma períclope que apresente de modo explícito a Igreja como único meio de salvação. Contudo, duas passagens merecem especial relevo pela sua importância para a compreensão posterior dessa verdade. Em primeiro lugar está o relato de São Marcos no qual o evangelista põe na boca do Ressuscitado as palavras: "Aquele que crer e for batizado será salvo; o que não crer será condenado" (Mc 16,16). O texto evidencia a necessidade da fé e do batismo em ordem à salvação. A sentença de Cristo transmitida por São Marcos não admite exceções; somente os crentes batizados serão salvos. Já nos Atos dos Apóstolos encontramos o discurso de São Pedro diante do Sinédrio: "É Ele [Jesus] a pedra desprezada por vós, os construtores, mas que se tornou a pedra angular. Pois não há, debaixo do céu, outro nome dado aos homens pelo qual devamos ser salvos" (At 4,11-12). Aqui a ênfase não é mais colocada na fé de modo genérico, mas na sua ligação com o Nome de Jesus.

O axioma na Tradição

Em meados do século III, São Cipriano escreveu a sua obra *De Catholicae Ecclesiae Unitate* na qual recolhe a interpretação clássica sobre a arca de Noé e une-a à formulação de Orígenes, aplicando ambas ao seu contexto particular. O texto, pela sua beleza e profundidade, merece ser reproduzido na íntegra:

todo aquele que se separa da Igreja e se une a uma adúltera, separa-se também das promessas feitas à Igreja. Aquele que agir desta maneira, não poderá alcançar a coroa da vitória de Cristo pela razão de ter abandonado a Igreja. Portanto, ele deverá ser tratado como um estrangeiro, um impuro ou como um integrante do exército inimigo. Aquele que não considerar a Deus como Pai, também não poderá ter a Igreja como mãe. Se houve alguém que conseguiu salvar-se do dilúvio sem estar na arca, pode-se deduzir que haverá também salvação para quem estiver fora da Igreja... Quem romper os laços de amizade,

de paz e de concórdia oferecidos por Cristo, estará agindo contra Cristo; quem conseguir colher frutos em qualquer parte, mas fora da Igreja, estará, na verdade, dispersando a Igreja de Cristo... (*De Catholicae Ecclesiae Unitate*, 6).

O tratado de Cipriano destaca-se pela lucidez dos argumentos, pela profundidade do pensamento e pelo modo como a sua abordagem se distingue das interpretações comumente difundidas – mesmo nos nossos dias – sobre o axioma em questão. São Cipriano não se ocupa aqui da salvação do mundo: a ênfase é posta sobre o problema da unidade. Para o autor, toda divisão é um caminho para a danação; esse dado é explicado pelo contexto histórico no qual aparece esse escrito, um ambiente fortemente caracterizado pelas perseguições exteriores e pela divisão interna da Igreja ocasionada pelo surgimento das heresias.

No século seguinte é o Doutor da Graça a retomar o tema, desta vez, centrando a problemática na salvação dos que estão fora da Igreja sem, contudo, permitir que a sua argumentação deixe de ser parenética:

fora da Igreja Católica pode haver tudo, menos a salvação: pode haver honra, pode haver sacramentos, pode-se cantar aleluia, pode-se responder ‘amém’, pode ter o Evangelho, pode haver fé e pregação em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, mas em nenhum outro lugar a não ser na Igreja Católica pode-se encontrar salvação (Santo Agostinho, *Sermo ad Caes. Eccl. plebem*, 6).

Contudo, a doutrina de Santo Agostinho não é somente restritiva. Torna-se mister recordar que é o mesmo Bispo de Hipona quem defende a tese da *Ecclesia ab Abel*, segundo a qual a Igreja é uma realidade que existe desde os tempos do justo Abel, nos albos da humanidade. Nesse sentido, parece claro que existe uma pertença à Igreja fora da sua constituição visível e canônica. Santo Agostinho avança essa tese quando afirma que “todos os justos, desde Adão, em seguida Abel, o justo, até o último eleito, serão congregados junto do Pai na Igreja universal”⁴.

A palavra do Magistério Pontifício

Testemunham a antiguidade desse axioma não somente seus antecedentes bíblicos e as interpretações patrísticas, mas também a palavra inequívoca do magistério pontifício. Já na Alta Idade Média, opondo-se à heresia dos valdenses, o Papa Inocêncio III escrevia ao Arcebispo de Tarragona incluindo na profissão de fé imposta aos hereges as seguintes palavras: “com o coração cremos e com a boca professamos uma só Igreja, não de hereges, mas a santa, Romana, católica e apostólica, fora da qual nós cremos que ninguém se salva”.⁵ Anos depois, durante o Concílio de Florença (1442), o Papa Eugênio IV, através da Bula *Cantate Domino*, retomou o axioma nestes termos:

⁴ Santo Agostinho, *De Civitate Dei*, 18,51.

⁵ Denzinger, 792.

a Igreja crê firmemente, confessa e anuncia que ‘nenhum dos que estão fora da Igreja católica, não só os pagãos’, mas também os judeus ou hereges e cismáticos, poderá chegar à vida eterna, mas irão para o fogo eterno ‘preparado para o diabo e para os seus anjos’ (Mt 25,41), se antes da morte não tiverem sido a ela reunidos; [ela crê] tão importante a unidade do corpo da Igreja, que só para aqueles que nela perseveraram os sacramentos da Igreja trazem a salvação e os jejuns, as outras obras de piedade e os exercícios da milícia cristã podem obter a recompensa eterna. ‘Nenhum, por mais esmolas que tenha dado, e mesmo que tenha derramado o sangue pelo nome de Cristo, poderá ser salvo se não permanecer no seio e na unidade da Igreja católica’ (Denzinger, 1351).

Também o *Syllabus*⁶ do Beato Pio IX contém uma palavra sobre essa tese, embora não se expresse nos moldes do nosso axioma. No documento, sob o tema do indiferentismo, o Papa da Imaculada condena a seguinte proposição: mesmo aqueles que não tem nada em comum com a Igreja de Cristo, podem nutrir esperança de poderem alcançar a salvação⁷. Para Pio IX, a doutrina de que a salvação depende da pertença à Igreja é uma verdade *ex fide tenendam* e, portanto, é parte objetiva e essencial da fé. Isso fica claro, entre outras, na encíclica *Quanto conficiamus moerore* de 1863⁸.

Já na encíclica *Mystici Corporis* (1943), uma das mais belas e densas de seu fecundo pontificado, o Servo de Deus Pio XII oferece uma síntese bem elaborada dessa problemática, exortando os não-católicos a que se aproximem da verdadeira Igreja:

[são convidados aqueles] que não pertencem ao conjunto visível da Igreja católica, para que ... procurem sair de um estado em que não podem estar seguros de sua eterna salvação, pois, embora por certo desejo e voto inconsciente estejam ordenados ao Corpo místico do Redentor, carecem de tantas e tão grandes graças e auxílios celestes dos quais só na Igreja católica podem fruir (Denzinger, 3821).

O Pastor Angélico alarga a noção da Igreja na esteira de quanto a Tradição viva da Igreja afirma acerca dos amplos limites da catolicidade Igreja de Cristo, sem, contudo, negar a necessidade da pertença àquilo que ele chama de ‘conjunto visível’.

Mais próximo de nós, os textos do Concílio Vaticano II afirmam que “a Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano”⁹. Objetivamente, portanto, ela abraça todos os homens de todos os lugares e épocas no sentido de que está aberta a eles porque Cristo, sua Cabeça, ofereceu-Se em sacrifício pela salvação de toda a humanidade. Solidário com a raça humana, Jesus Cristo desejou que a totalidade dos homens fosse congregada num único povo; nesse intuito rezou ao Pai na última ceia (cf. Jo 17,11) e, chegada a hora da Ascensão, confiou à Igreja esta missão sumamente importante: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei” (Mt 28,19-20). Não se pode admitir, sem grave dano à fé, que, em algum momento da sua história a Igreja tenha se desviado desse seu nobre fim. Supor tal coisa equivaleria a um falseamento do princípio segundo o qual Deus não se contradiz e da promessa do Ressuscitado de que estaria

⁶ *Syllabus Errorum*, coleção de erros proscritos em diversos documentos de Pio IX, emanado aos 8 de dezembro de 1864.

⁷ cf. Denzinger, 2917.

⁸ cf. *Ibidem*, 2865.

⁹ Concílio Vaticano II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, 1.

pessoalmente presente à Igreja: “eis que estou convosco todos os dias até a consumação dos séculos” (Mt 28,20).

De quanto vimos, resulta evidente que a verdade do axioma ‘*extra Ecclesiam nulla salus*’ depende fundamentalmente da unicidade e universalidade salvífica de Cristo e da Sua relação com a Igreja. Uma vez que Jesus Cristo, único Salvador universal, instituiu a Igreja para perpetuar Sua missão até a consumação dos tempos, essa unicidade e universalidade salvífica de Cristo pertence também à Sua Igreja¹⁰ porque a fé perene da mesma Igreja, baseada nas Sagradas Escrituras, sustenta a identificação inseparável de Cristo com Sua Igreja (cf. At 9,5) expressa na teologia paulina nas figuras do corpo (cf. Cl 1,18) e dos laços esponsais (cf. 2Cor 11,2; Ef 5,25-29; Ap 21,2.9).

Unicidade salvífica de Cristo

Como vimos, em primeiro lugar, há de se reiterar a fé na unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo sem qualquer receio de oposição a um suposto ‘espírito ecumênico e inter-religioso’. Sem isso não apenas o axioma sobre a Igreja é inútil, mas também todo o edifício da fé católica corre o risco de ser conspurcado. Nesse sentido, deve-se crer firmemente, “como dado perene da fé da Igreja, a verdade de Jesus Cristo, Filho de Deus, Senhor e único Salvador, que no Seu evento de encarnação, morte e ressurreição realizou a história da salvação, a qual tem n’Ele a sua plenitude e o seu centro”¹¹.

O testemunho das Escrituras é inequívoco a esse respeito: “o Pai enviou Seu Filho como Salvador do mundo” (1Jo 4,14); “Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (Jo 1,29); “não há, debaixo do Céu, outro nome dado aos homens pelo qual devamos ser salvos” (At 4,12); “por meio de Seu Nome, receberá a remissão dos pecados todo aquele que n’Ele crer” (At 10,43). De quanto se pode verificar no Novo Testamento, a vontade salvífica universal de Deus está diretamente relacionada à mediação única de Cristo, conforme ensina o Apóstolo São Paulo: Deus “quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade. Pois há um só Deus, e um só mediador entre Deus e os homens, um homem, Cristo Jesus, que Se deu em resgate por todos” (1Tm 2,4-6).

Ao mesmo tempo, embora salvasse a doutrina da mediação única de Cristo com vistas à salvação, o Concílio Vaticano II sustenta que “a única mediação do Redentor não exclui, antes suscita nas criaturas uma cooperação múltipla, que é a participação na fonte única”¹². Aqui se fundamenta a noção da ‘mediação participada’ exercida pela Santíssima Virgem e pelos Santos. Nessa altura, importa destacar que, para ser autêntico, o conteúdo desta mediação participada precisa receber seu significado e valor *unicamente* da mediação de Cristo, não podendo ser entendido como paralelo ou complementar à única mediação de Jesus Cristo (cf. São João Paulo II, Encíclica *Redemptoris Missio*, 5).

“Jesus Cristo tem para o gênero humano e para a sua história um significado e um valor singulares e únicos, só a Ele próprios, exclusivos, universais, absolutos. Jesus é, de fato, o Verbo de Deus feito homem para a salvação de todos” (*Dominus Iesus*, 15). Negar

¹⁰ cf. Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Declaração *Dominus Iesus*, 16.

¹¹ *Ibidem.*, 13.

¹² Concílio Vaticano II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, 62.

a exclusividade, universalidade e absolutismo da mediação salvífica de Cristo implicaria na negação dos dados fundamentais sobre os quais se assenta a Fé Católica, constituindo, portanto, um acinte à integridade do *depositum fidei*. A verdade sobre a unicidade e universalidade salvífica de Cristo é um dado absolutamente necessário para iniciar qualquer sorte de diálogo; seja com as comunidades de confissão cristã, seja com outros credos e mesmo com os não-crentes. Não se pode encetar a via do diálogo sem uma consciência clara de tudo quanto pertence à identidade mesma do ser católico.

Unicidade salvífica da Igreja

Pertence inequivocamente à doutrina católica a fé segundo a qual Jesus Cristo fundou pessoalmente uma única Igreja, dotada da plenitude dos meios de salvação, a quem entregou uma única doutrina segura e infalível, confiando-a a um único grupo de Apóstolos sob a guia de um único Chefe visível. A importância da Igreja na economia da salvação é tal que deve ser proscrita como oposta à fé católica a tese herética daqueles que, como Alfred Loisy (1857-1940)¹³, negam a fundação pessoal da Igreja por Nosso Senhor Jesus Cristo, mas, ao contrário, sustentam que o Senhor teria constituído uma mera ‘comunidade de discípulos’.

Da unicidade e universalidade salvífica de Cristo, depreende-se – em virtude da identificação d’Este com Sua Esposa – a unicidade e universalidade salvífica da própria Igreja. Nunca é demais reiterar que essas características pertencem à Igreja em virtude de sua ligação intrínseca com Cristo, sendo, portanto, características recebidas por direito divino. “Como existe um só Cristo, também existe um só Seu Corpo e uma só Sua Esposa: ‘uma só Igreja Católica e Apostólica’”¹⁴. Cristo constituiu a Igreja como mistério salvífico; como instrumento eficaz da Sua ação salvadora na história. “E, assim como a cabeça e os membros de um corpo vivo, embora não se identifiquem, são inseparáveis, Cristo e a Igreja não podem confundir-se nem mesmo separar-se, constituindo ao invés um único ‘Cristo total’”¹⁵.

As Escrituras nos transmitem a promessa indefectível do Senhor de nunca abandonar Sua Igreja (cf. Mt 16,18; 28,20) e de que o Espírito Santo a assistiria perenemente (cf. Jo 16,13). Tais promessas são a garantia de que jamais faltarão unicidade e unidade, bem como tudo que respeita à integridade da fé dessa mesma Igreja. A História dá testemunho que a verdade sobre a unicidade da Igreja – presente já no Credo Niceno-Constantinopolitano (séc. V) – reaparece várias vezes em escritos dos Romanos Pontífices, bem como nas resoluções de concílios gerais, como a que encontramos no IV Concílio de Latrão: “*Una vero est fidelium universalis Ecclesia, extra quam nullus omnino salvatur*”¹⁶. É interessante recordar que, ao lado da profissão da fé na unicidade da Igreja, aparece com frequência a confissão da sua unicidade salvífica formulada sempre em termos exclusivistas e, às vezes, com expressões duríssimas como as que encontramos na Bula *Unam Sanctam*, na qual o Papa Bonifácio VIII afirma que a doutrina da unicidade da Igreja é uma exigência da própria Fé Católica: “instados pela fé, somos obrigados a crer e a afirmar que há uma só Igreja, Santa, Católica e que esta mesma é

¹³ Alfred Loisy foi excomungado pelo Santo Ofício aos 7 de março de 1908.

¹⁴ Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Declaração *Dominus Iesus*, 16.

¹⁵ *Ibidem.*, 16.

¹⁶ Denzinger, 802.

Apostólica, e com firmeza cremos e sinceramente confessamos que fora dela não há nem salvação nem remissão dos pecados...”¹⁷.

O problema conciliar

No período que se seguiu ao Concílio Vaticano II, a manipulação indevida de uma única palavra da Constituição *Lumen Gentium* motivou o ressurgimento de graves erros no que concerne a unicidade da Igreja de Cristo. Com efeito, lê-se no documento conciliar:

Assim é a única Igreja de Cristo, que professamos no Credo ser uma, santa, católica e apostólica. Cristo ressuscitado a entregou aos cuidados de Pedro (cf. Jo 21,17), confiou-a a ele e aos demais apóstolos, para ser difundida e governada (cf. Mt 28,18ss) e a estabeleceu para sempre como alicerce e coluna da verdade (cf. 1Tm3,15). Constituída e estabelecida assim como sociedade, neste mundo, a Igreja subsiste na Igreja Católica, governada pelo Sucessor de Pedro e pelos Bispos, em comunhão com ele (*Lumen Gentium*, 8).

Num primeiro olhar, o texto parece perigosamente ambíguo porquanto deixa brechas para supor outras formas de existência da Igreja de Cristo fora da Igreja Católica. Isso constituiria uma ruptura fundamental com toda a Tradição que sempre sustentou que a Igreja Católica – na sua estrutura visível – identifica-se com a Igreja de Cristo. Imediatamente, levanta-se a questão sobre a possibilidade de salvação dos não-católicos. Ora, se a Igreja de Cristo coincide historicamente com a Igreja Católica, o axioma ‘*extra Ecclesiam nulla salus*’ é absolutamente verdadeiro e os não-católicos simplesmente não podem acolher o dom da salvação eterna. Como harmonizar nosso axioma com as exigências do movimento ecumênico abraçado pela Igreja no Concílio Vaticano II?

O ponto nevrálgico da questão está na expressão *subsistit in*. A tese pós-conciliar que postula a existência de Igrejas paralelas à única Igreja de Cristo foi rejeitada como oposta à fé católica pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé em 1973 através da Declaração *Mysterium Ecclesiae* na qual se lê: “Existe portanto uma única Igreja de Cristo, que subsiste na Igreja Católica, governada pelo Sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele”. Em 1985, na Notificação sobre o volume “Igreja: carisma e poder” de Leonardo Boff, a mesma Congregação afirmou que o Concílio “adotou a palavra *subsistit* precisamente para esclarecer que existe uma só ‘subsistência’ da verdadeira Igreja, ao passo que fora da sua composição visível existem apenas ‘*elementa Ecclesiae*’, que – por serem elementos da própria Igreja – tendem e conduzem para a Igreja Católica”¹⁸. A Igreja de Cristo, portanto, não é a soma das Igrejas e Comunidades eclesiais¹⁹.

O Concílio, no Decreto *Unitatis Redintegratio* afirma que fora das fronteiras visíveis da Igreja Católica também podem existir elementos que a vivificam e constituem, tais como a Palavra de Deus escrita (note-se a ausência de referência à Tradição), a vida da graça, a fé, a esperança, o amor, os dons interiores e os sinais visíveis do Espírito

¹⁷ Denzinger, 870.

¹⁸ Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Declaração *Dominus Iesus*, p. 31 (nota de rodapé).

¹⁹ Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Declaração *Mysterium Ecclesiae*, 1.

Santo. Contudo, posto que todos esses elementos provém de Cristo e conduzem a Ele, pertencem, de direito, à Igreja de Cristo²⁰.

Igreja: o que é?

Os mais zelosos (talvez excessivamente) em relação ao diálogo ecumênico e inter-religioso – mesmo os ditos católicos – rejeitam o nosso axioma sob o pretexto de que ele exclui a possibilidade de os não-católicos alcançarem a salvação. Deve-se reconhecer que somente uma leitura dessa expressão fora do contexto de toda a reflexão católica permite tal pensamento. Ora, a própria missão salvadora de Cristo exige a adesão a Ele em ordem à salvação e, posto que há realmente uma identificação histórica entre a Igreja de Cristo e a Igreja Católica, conclui-se que ela é a única a pregar a doutrina do mesmo Senhor: “Cristo estaria assim dividido?” (1Cor 1,13). É mister explicar bem o conceito de Igreja latente no axioma “*extra Ecclesiam nulla salus*” para evitar, de um lado, a tendência reducionista do catolicismo tradicional e, de outro, o relativismo funesto dos amantes da última novidade da moda.

Na maioria das línguas latinas, a palavra Igreja – *ekklesia* no grego – designa uma ‘convocação’. Na tradução grega do Antigo Testamento, o termo é aplicado às assembleias do povo diante de Deus, particularmente a assembleia do Sinai; no Novo, designa assembleias do povo (cf. At 19,39), geralmente de caráter religioso, sendo que o desejo dos primeiros cristãos de reter esse nome para suas reuniões, denota que a comunidade dos seguidores de Cristo se reconhece como destinatária dessa ‘convocação’ divina²¹. Ao mesmo tempo, “na linguagem cristã, a palavra ‘Igreja’ designa a assembleia litúrgica (cf. 1Cor 11,18; 14,19.29.34.35), mas também a comunidade local (cf. 1Cor 1,2; 16,1) ou toda a comunidade universal dos crentes (cf. 1Cor 15,9; Gl 1,13; Fl 3,6)”²². Interessa-nos, sobretudo, esta última aplicação para o vocábulo ‘Igreja’: a comunidade universal dos crentes.

A fé católica ensina que a Igreja é uma instituição, ao mesmo tempo, visível e invisível, formada de homens, mas de divina fundação. Constituindo parte fundamental do desígnio divino da salvação, a Igreja encontrava-se na mente do Criador já antes da Queda dos nossos primeiros pais como o instrumento e lugar da comunhão de todos os homens com a vontade divina. Assim se entende a densa expressão dos primeiros cristãos: “o mundo foi criado em vista da Igreja”²³. O testemunho dos Padres da Igreja retoma a importância cabal da Santa Igreja para a vida do mundo quando afirma que a Igreja é a finalidade de todas as coisas²⁴ e que “assim como a vontade de Deus é um ato e se chama mundo, assim também a Sua intenção é a salvação dos homens e se chama Igreja”²⁵.

Tal visão da Igreja está em conformidade com a sua altíssima dignidade e encontra-se radicada na augusta missão que recebeu de seu Fundador: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei” (Mt 20,19-20). Essa

²⁰ Cf. Concílio Vaticano II, Decreto *Unitatis Redintegratio*, 3.

²¹ cf. Catecismo da Igreja Católica, 751.

²² *Ibidem*, 752.

²³ Hermas, *Visiones pastoris*, 2,41.

²⁴ cf. Santo Epifânio, *Panarion seu adversus LXXX haereses*, 1,1,5.

²⁵ São Clemente de Alexandria, *Paed.*, 1,6.

dignidade e missão, contudo, não podem ser compreendidas em chave exclusivista e egoísta. Enquanto o judaísmo, por exemplo, tornou-se uma religião fechada num povo, o Povo eleito, a Igreja sempre se apresentou como universal, isto é, destinada a todos os homens de todos os lugares e épocas. O elemento universalista – a nota da catolicidade – que está no centro do próprio conceito católico de Igreja constitui um sinal distintivo que a coloca em caminho oposto às demais religiões.

A ignorância invencível

No que diz respeito ao argumento supracitado para a rejeição do nosso axioma, é evidente que o problema é a ignorância a respeito da doutrina sempre ensinada pela Igreja. Como vimos, a Igreja de Cristo da qual fala a *Lumen Gentium* é – no plano sobrenatural – bem mais abrangente do que os limites jurídico-canônicos da Igreja Católica, embora, historicamente identifique-se com ela. Quando falamos de Igreja Católica não podemos pensar apenas naqueles que visível e conscientemente foram incorporados a ela pelo Batismo, mas devemos também alargar o horizonte para aqueles que chamamos de ‘ignorantes invencíveis’.

Uma vez que Deus “perfeitamente vê, escuta e conhece as mentes, as almas, os pensamentos e os comportamentos de todos, de modo algum permite, por Sua suma bondade e clemência, que seja punido com eternos suplícios quem não é réu de culpa voluntária”²⁶, a Igreja sempre ensinou que ignorando, sem própria culpa, a necessidade da entrada na Igreja pelo Batismo em ordem à salvação e, por isso, permanecendo fora dela os homens podem, no entanto, ser salvos desde que pertençam à alma da Igreja pela fé e pela caridade, ou pela perfeita contrição²⁷. Posto que a ignorância invencível da verdadeira religião não implica em culpa alguma, aqueles que sem culpa ignoram o Evangelho de Cristo e Sua Igreja, mas buscam a Deus com coração sincero e tentam, sob o influxo da graça, cumprir por obras a Sua vontade conhecida por meio do ditame da consciência podem conseguir a salvação eterna²⁸.

Note-se a insistência na invencibilidade da ignorância quanto à necessidade da pertença à Igreja. Caem nessa categoria aqueles que jamais ouviram o Nome de Jesus Cristo e, por isso, não chegaram a conhecer o Evangelho, mas viveram segundo os ditames da lei natural e da reta razão que são expressão daquele ‘desejo de Deus’ que o Senhor inscreveu no coração de todos os homens²⁹. Também poderíamos incluir neste número aqueles que Rahner chama de “cristãos anônimos”, embora seja discutível o nível de ignorância e a consciência eclesial deles.

Bem outro é o parecer da Igreja sobre os que, conhecendo a necessidade da pertença à Igreja permanecem obstinados na rejeição da mesma. Ela ensina que, sendo Cristo Jesus o único Salvador e participando a Igreja dessa unicidade, a rejeição à Igreja implica na rejeição a Cristo e ao Seu desígnio salvífico. Tal rejeição constitui grave empecilho à salvação eterna, conforme se lê na Encíclica *Quanto Conficiamus Moerore* que o Beato Pio IX dirigiu aos bispos da Itália:

²⁶ Denzinger, 2866.

²⁷ cf. Tanquerey, *Brevior Synopsis Theologiae Dogmaticae*, 242.

²⁸ Concílio Vaticano II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, 16.

²⁹ cf. Catecismo da Igreja Católica, 27.

é também conhecidíssimo o dogma católico, a saber, que ninguém pode se salvar fora da Igreja católica e que não podem obter a salvação eterna aqueles que são obstinadamente contumazes para com a autoridade e as definições da mesma Igreja, bem como aqueles que são separados da unidade da mesma Igreja e do Romano Pontífice, sucessor de Pedro, a quem foi confiada pelo Salvador a guarda da vinha,... (Denzinger, 2867).

Na esteira de Pio IX e fazendo eco à recente Constituição Dogmática sobre a Igreja, o Catecismo aponta que “não podem salvar-se aqueles que, sabendo que a Igreja católica foi fundada por Deus por meio de Jesus Cristo como instituição necessária, apesar disso não quiserem nela entrar ou nela perseverar”³⁰. Naturalmente, Deus Onipotente pode – por meios só d’Ele conhecidos – conduzir a salvação aqueles que, quiçá por negligência ou falta de testemunho de tantos fiéis, não quiseram perseverar na verdadeira fé.

Portanto, mesmo que o conhecimento de Jesus, de Sua Igreja e da necessidade da pertença a esta com vistas à salvação esteja ausente, a possibilidade de alcançar a bem-aventurança já está inscrita no próprio homem através dos ditames da razão natural. No entanto, a constatação de que ainda existem homens que não conhecem Jesus Cristo, impõe à Igreja com ainda maior veemência o sagrado direito e o dever irrenunciável de anunciar o *kerygma*.

Universale salutis sacramentum

Para bem entender o papel da Igreja na economia da salvação e a sua abrangência deveras universal é importante refletir sobre uma ideia interessante que o Concílio Vaticano II adotou na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* ao chamar a Igreja de “sacramento universal da salvação”³¹.

Em primeiro lugar, cumpre fazer uma observação sobre o significado do termo *sacramentum*. Certamente, esse termo não possui uma conotação propriamente sacramental no sentido estrito da palavra, conforme surgida da teologia dos sacramentos do século XIII. A Igreja não é um sacramento a mais na lista canônica dos sete sacramentos definidos na VII Sessão do Concílio de Trento (1545-63)³². Do jeito como é empregado na *Lumen Gentium*, o termo possui o significado que lhe era atribuído na era patrística, ou seja, *sacramentum* aqui corresponde ao conceito bíblico de *mysterium*. Fazendo uso dessa palavra e com esse significado, o Concílio chama a atenção para a dúplici dimensão da Igreja: visível e invisível, humana e divina; algo que Henri de Lubac definia como “paradoxo e mistério da Igreja”³³.

Explicitada a verdade sobre a Igreja como mistério e, portanto, a inteira liberdade de Deus para conduzir os homens ao céu segundo Seu desígnio salvífico universal, é necessário recordar que a “Igreja peregrina é necessária à salvação. Com efeito, Cristo é

³⁰ Catecismo da Igreja Católica, 846; cf. Concílio Vaticano II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, 14.

³¹ Concílio Vaticano II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, 48.

³² Cf. Denzinger, 1601.

³³ Salvador Pié-Ninot, introdução à Eclesiologia, p. 30.

o mediador único da salvação. Ele está presente no mundo, em Seu Corpo, que é a Igreja. Foi Ele mesmo que insistiu na necessidade da fé e do Batismo (cf. Mc 16,16; Jo3,5), estabelecendo assim a necessidade da Igreja, de que o Batismo é a porta³⁴. É em razão da vontade mesma do Fundador da Igreja que ela se encontra indissociavelmente unida a Ele e à Sua obra salvífica. Em virtude dessa união, a cooperação da Igreja é subordinada a Cristo e, portanto, a Igreja tem um papel imprescindível no plano de salvação engendrado por Deus Pai. Deste modo, sendo sacramento de Cristo, a Igreja é sinal da Sua presença no mundo; é o modo *par excellence* dessa presença. Daí que a rejeição voluntária da Igreja é, necessariamente a rejeição de Cristo e da salvação que Ele oferece. Santo Agostinho nos ensina a respeito da relação íntima entre Cristo e a Igreja:

Nosso Senhor Jesus Cristo como um Homem inteiramente perfeito consta de Cabeça e corpo. Cabeça sabemos ser Aquele que nasceu de Maria Virgem, padeceu sob Pôncio Pilatos, foi sepultado, ressuscitou, subiu ao céu, está sentado à direita do Pai, de onde o esperamos como juiz dos vivos e dos mortos; Ele é a Cabeça da Igreja (cf. Ef 5,23). Corpo desta Cabeça é a Igreja [...] a que está aqui e por todo o orbe da terra [...] conhecemos este Cristo total e universal simultaneamente com a Igreja (*Enarrationes in Psalmos*, Sl 90, *Sermo* 2,1).

Ademais, exclui-se absolutamente qualquer oposição entre a vontade salvífica universal de Deus (cf. 1Tm 2,4) e a necessidade da Igreja para a salvação. Há “a necessidade de manter unidas estas duas verdades: a real possibilidade de salvação em Cristo para todos os homens, e a necessidade da Igreja para esta salvação”³⁵.

Em oposição à tese do relativismo religioso, a Congregação para a Doutrina da Fé afirma ser “contrário à fé católica considerar a Igreja *um caminho* de salvação ao lado dos constituídos pelas outras religiões, como se estes fossem complementares à Igreja, ou até substancialmente equivalentes à mesma, embora convergindo com ela para o Reino escatológico de Deus”³⁶. Tudo aquilo que as outras religiões possuem de verdadeiro e santo procede de Deus e não pode ser rejeitado pela Igreja Católica³⁷ precisamente porque, vindo de Deus, pertence-lhe e conduz à sua unidade.

CONCLUSÃO

“*Euntes in mundum universum praedicate Evangelium omni creaturae...*” (Mc 16,15). A ordem inequívoca e irresistível dada pelo Senhor como última instrução antes de Sua Ascensão é o perene fundamento da missão de toda a Igreja. Cristo continua Sua obra de salvação pelas mãos de Sua Esposa: A Sua doutrina continua viva e eficaz nas Sagradas Escrituras e na Tradição viva da Igreja, sempre guardadas com fidelidade pelo Magistério. As inumeráveis e insondáveis graças que Ele nos alcançou pelo Seu Mistério Pascal tornam-se presente nos Sacramentos que Ele confiou à Igreja, sacramento da salvação, como instrumentos indispensáveis para a comunhão com Deus. A Sua caridade

³⁴ Concílio Vaticano II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, 14.

³⁵ São João Paulo II, Carta Encíclica *Redemptoris Missio*, 9.

³⁶ Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Declaração *Dominus Iesus*, 21.

³⁷ Cf. Concílio Vaticano II, Declaração *Nostra Aetate*, 2.

e misericórdia se perpetuam pela caridade operosa da Igreja que, em todos os lugares e épocas, não cessou de prodigalizar favores a todos os que sofrem.

Mas a fidelidade ao mandato do Senhor comporta, em primeiro lugar, o testemunho que todo cristão é chamado a dar, fruto de um encontro pessoal com Jesus Cristo. De tudo quanto dissemos, resulta claro que, embora o Batismo seja necessário à salvação, não é, contudo, suficiente. Não basta a confissão da fé com a boca se as obras exteriores se opõem a essa mesma fé. Quanta contradição entre a fé e as obras se observou ao longo da História da Igreja? Quanta contradição se pode notar ainda hoje, mesmo entre aqueles que ocupam os mais elevados graus da hierarquia?

Ao lado do testemunho, a obediência à ordem de Jesus sugere a coragem de se opor ao erro por amor à Verdade. Os Santos ensinam que não apenas a mentira se opõe à Verdade, mas também o silêncio. E pior que o silêncio da indiferença e do avilte é a pretensão diabólica de maquiagem o erro com ares de Verdade. Tal pretensão é um desserviço à nobre causa da Verdade porque propaga um erro travestido de verdade.

O diálogo da Igreja com os não-católicos de quaisquer credos ou denominações não pode se fundamentar na rejeição da identidade católica e dos seus corolários objetivos. O amor à Verdade comporta o ódio ao erro e à mentira. Nesse sentido, faz parte da missão irrenunciável da Igreja o anúncio da Verdade *opportune et importune* (2Tm 4,2), sob o risco de falsear a Verdade e ver comprometida a salvação de um sem número de almas.

A atenuação da linguagem e os subterfúgios diplomáticos típicos de muitos defensores do ecumenismo não condizem com a urgência do anúncio da Verdade e muito menos com a autêntica Caridade, da qual faz parte a exposição dos equívocos daqueles que naufragaram na fé ou daqueles que se obstinam nos seus erros. Chamá-los de volta à fé com os sólidos e racionais argumentos que a Igreja, à luz da Revelação, estruturou ao longo de sua fecunda história constitui importante ato de caridade para com os hereges, apóstatas e cismáticos; com os não-crentes, os relativistas e indiferentes; com os que se gloriam do nome de cristãos, mas não professam o verdadeiro Cristianismo e com aqueles que se encontram mergulhados nas trevas da ignorância das religiões não-cristãs, por qualquer que seja a razão. A todos estes se dirige o anúncio perene da Verdade que a Igreja, fiel ao mandato de Seu Esposo, faz ressoar por todos os rincões do mundo.

A linguagem da Igreja – a linguagem teológica – precisa ser clara e objetiva; precisa ser fiel ao conteúdo da fé a fim de não relativizar a verdade da Revelação. Precisamente para manter tal fidelidade, a Igreja tem o dever de proclamar a unicidade da sua missão no mundo frente às demais religiões, não como agressão, mas como serviço aos homens cuja salvação eterna é mediada, na história, pela sua ação evangelizadora.

Como vimos, o axioma *extra Ecclesiam nulla salus* – radicado implicitamente nas Escrituras e explicitamente na Tradição e no Magistério – pertence inequivocamente ao conjunto das verdades de fé sobre a unicidade e universalidade salvífica da Igreja precisamente porque esta deriva diretamente da unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo. Posto que Cristo é o mediador universal da salvação e constituiu a Igreja como continuadora histórica da Sua obra de redenção (sobretudo através da pregação da Palavra e da administração dos Sacramentos), esta Igreja participa dos atributos do seu Divino Esposo. Se, como nos ensina o Doutor da Graça, existe um *Christus totus* – Cabeça e Corpo –, a salvação chega aos homens pela mediação da totalidade de Cristo,

isto é, através da Igreja como instrumento histórico e transcendente, visível e invisível, humano e sobrenatural, da salvação.

Deste modo, a verdade ensinada *semper et ubique* segundo a qual existe uma Igreja universal dos fiéis – que subsiste na Igreja Católica –, fora da qual absolutamente ninguém se salva³⁸ não se opõe à salvação daqueles que, ignorando o mistério de Cristo e a necessidade da pertença à Igreja com vistas à salvação, não aderiram voluntariamente a ela. Tal proposição se harmoniza perfeitamente com a vontade salvífica universal de Deus: o Senhor “quer que todos os homens sejam salvos e cheguei ao conhecimento da verdade” (1Tm 2,4) e constituiu a Igreja como único instrumento dessa salvação: *Ecclesia oboediens Verbo Dei celebrat Mysterium Christi pro mundi salute*³⁹.

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA DE JERUSALÉM. Paulus, São Paulo, 2002
CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Edições Loyola, São Paulo, 1999
CONCÍLIO VATICANO II. Vaticano II: mensagens, discursos e documentos, Paulinas, São Paulo, 2007
DENZINGER. Paulinas/ Edições Loyola, São Paulo, 2007
PIÉ-NINOT, Salvador. Introdução à Ecclesiologia, Edições Loyola, São Paulo, 2012
RATZINGER, Joseph. O Novo Povo de Deus, Edições Paulinas, São Paulo, s/a
SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Declaração *Dominus Iesus*: sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja, Paulinas, São Paulo, 2005
SANTO AGOSTINHO. Comentário aos Salmos, Vol II, Paulus, São Paulo, 2008
TANQUEREY. *Brevior Synopsis Theologiae Dogmaticae*, Desclée&Co, Paris, 1931

³⁸ Cf. Denzinger, 802.

³⁹ A Igreja, obediente à Palavra de Deus, celebra o Mistério de Cristo para a salvação do mundo.